

'Não vamos ficar de mimimi por hidrelétrica', diz presidente da EPE

Categories : [Reportagens](#)

O presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Luiz Augusto Barroso, afirmou nesta quinta-feira (27) no Rio de Janeiro que o governo segue interessado em grandes hidrelétricas no Brasil. No entanto, reconheceu que pode haver limitações à construção dessas usinas. "Não vamos ficar de mimimi; se não tivermos hidrelétricas, é vida que segue", disse o matemático carioca, nomeado há cinco meses para chefiar a autarquia federal. "Vamos procurar uma alternativa, mais cara ou mais barata, torçamos para que seja mais barata."

A declaração foi dada durante o Quarto Seminário Brasileiro sobre Emissões de Gases de Efeito Estufa, organizado pelo Observatório do Clima e pelo Museu do Amanhã no auditório do museu. Durante o evento foram lançados os dados da quarta edição do SEEG (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa), com as emissões de gases-estufa do Brasil atualizadas até 2015.

Barroso falou num painel sobre o desafio da descarbonização da economia brasileira até 2050, do qual também participaram o climatologista Carlos Nobre, o secretário de Meio Ambiente de Pernambuco, Sérgio Xavier, e o diretor-executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão.

Segundo ele, os reservatórios são necessários no Brasil para manter competitivo o preço de energias renováveis como a eólica. O princípio é o de que as barragens funcionam como "poupança energética" para os períodos de pouco vento; portanto, seriam necessários para manter a competitividade da geração no país. "As renováveis no Brasil só são competitivas em preço porque nós temos os reservatórios. A batalha pelas hidrelétricas é uma batalha das renováveis. Se não tivermos hidrelétricas, o custo aumenta muito e o Brasil perde competitividade", afirmou.

No entanto, prosseguiu, se essas usinas se mostrarem inviáveis por restrições sociais e ambientais, o governo buscará alternativas – daí a menção ao "mimimi".

Trata-se de uma mudança significativa de posição em relação ao governo passado. A ex-presidente Dilma Rousseff não admitia nenhum cenário para a geração de eletricidade no Brasil que não incluísse uma forte expansão de hidrelétricas na Amazônia. E demandou que essa expansão fosse incluída na INDC brasileira (a meta do Acordo de Paris), que prevê que 66% da matriz elétrica seja hidráulica.

A recessão e a Lava-Jato suspenderam os planos do governo para o setor, que teve um revés

importante neste ano com o arquivamento, pelo Ibama, da megausina de São Luiz do Tapajós. Nas últimas semanas, porém, o debate sobre usinas com grandes reservatórios ressurgiu no setor. Questionado pelo público sobre esse ponto, o presidente da EPE respondeu que o governo buscará desenvolver pequenas e médias hidrelétricas e abordará as grandes “com a parcimônia necessária”. No entanto, disse que não vai “jogar a toalha”: “Qualquer país que tenha o potencial que o Brasil tem iria até onde é possível para buscá-lo”.

O SEEG 2016 (que traz dados até 2015) mostrou que, no setor de energia, segunda maior fonte de emissões da economia brasileira, houve queda de emissões pela primeira vez desde 2009, com redução de 5,3% em 2015. Isso se deve principalmente à desaceleração econômica e ao avanço das energias renováveis.

O quadro pode ser revertido, porém, quando o país sair da recessão, e há espaço para metas mais ambiciosas, de acordo com Marcio Astrini, do Greenpeace. Ele foi um dos debatedores numa mesa-redonda sobre os desafios da implementação da NDC, que se seguiu ao painel e que contou com representantes dos ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente. “Podemos ser muito mais ambiciosos na questão energética, temos espaço para isso em biocombustíveis, eficiência de energia e eletrificação da energia. O setor ganha importância fundamental. Existem iniciativas como a geração distribuída, que tem baixíssimos incentivos aqui, e que poderia trazer ganho econômico importantíssimo para a população de baixa renda”, apontou.

Especialistas participantes do evento reforçaram também a importância da busca da agricultura sustentável e preservação de florestas, e o desmatamento zero como objetivo fundamental para o Brasil: o crescimento das emissões relatado pelo SEEG, de 3,5% em 2015 em relação a 2014, está relacionado ao índice de desmatamento na Amazônia, que aumentou 24% no período, de acordo com dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). As emissões brutas de uso do solo, por exemplo, cresceram 14% durante o período. “Nós temos que nos ver como um país de florestas, elas são a grande resposta do Brasil ao risco do aquecimento global”, disse Carlos Nobre.

“O desmatamento zero é possível. Precisamos de políticas públicas que diminuam a ilegalidade e incentivem um novo modelo que segure as fronteiras agrícolas. Esse trabalho tem que ser feito com a comunidade, precisamos mostrar ao agricultor que o lucro não está na expansão da fronteira agrícola, e sim do aumento da produtividade. Hoje, se perde um terço da produção de alimentos produzidos mundialmente, e a agricultura brasileira está longe de seu potencial máximo de produtividade”, apontou Nobre.

Para Astrini, a questão também é fundamental e ainda não está contemplada com a devida importância pelo governo brasileiro. “A crítica maior que temos à NDC é a questão de floresta, de acabar com o desmatamento ilegal até 2030”, afirmou. “Devemos apresentar uma meta que nos

coloque na situação do que podemos fazer e demonstre liderança para os outros países, com o objetivo de acabar com o desmatamento como um todo, não só o ilegal”, defendeu.

De acordo com os dados do SEEG, ainda, a atividade agropecuária como um todo representa um total de 69% das emissões brasileiras. Em 2015, o setor foi responsável por 22% das emissões em atividades diretas, a maior parte provinda de atividades de gado de corte. “Precisamos enfrentar o desafio da pecuária: 70% das emissões diretas da agricultura vêm da pecuária. A solução é o estoque de carbono”, concluiu Nobre. O climatologista reforça a importância da regeneração natural de florestas nesse contexto: de acordo com dados do WRI apresentados pelo pesquisador, o potencial de regeneração natural de florestas brasileiras é de 21,35 milhões de hectares, que podem absorver de 4 a 5 toneladas de carbono por ano por hectare.

Para ter acesso à base de dados completa do SEEG, metodologias e gráficos de emissões por estados e setores, acesse: <http://seeg.eco.br>

*Republicado do [Observatório do Clima](#) através
de parceria de conteúdo.*

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/noticias/hidreleticas-uma-ameaca-aqui-la-e-acola/>

<http://www.oeco.org.br/especiais/cop21/tapajos-ampliara-emissao-por-desmatamento/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/bndes-corta-apoio-a-termicas-fosseis/>